

# **INTERPRETANDO SUBJETIVIDADES NO UNIVERSO DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS DA RESEX MARINHA DO DELTA DO PARNAÍBA (MA/PI)**

Flávia Ferreira de Mattos<sup>1</sup>

Este trabalho é o resultado do estudo realizado como dissertação de mestrado pelo Programa de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA/UFRRJ.

O presente trabalho situa o estudo de caso realizado junto a um dos povoados da Reserva Extrativista Marinha do Delta do Parnaíba, na recente reflexão sobre os desafios de gestão das políticas ambientais no Brasil. O trabalho aborda como tema central o amadurecimento das políticas ambientais no Brasil, conforme discutido pelos autores MEDEIROS, IRVING E GARAY (2004)<sup>2</sup> e como recorte, a questão da presença humana em Unidades de Conservação.

Neste íterim, contextualiza o surgimento da noção de “populações tradicionais” observando o seu caráter de mobilização no cenário político. Segundo BARRETO FILHO, (no pelo), a noção de “Populações Tradicionais” surge no âmbito do debate em torno do suposto problema da presença de grupos humanos em áreas protegidas e passou a ser empregada com liberalidade para “dar conta” dos grupos específicos e distintos entre si – e que não são índios e nem quilombolas (Lima, 2001; Benatti, 2001). Para ESTERCI (2003) se tornou uma “categoria-ônibus” para se referir aos grupos caracterizados por formas cultural e historicamente específicas de apossamento da terra e de apropriação dos recursos naturais, que estão desprovidos de tratamento legal diferenciado que reconheça o seu direito às terras que tradicionalmente habitam.

O estudo pontua a necessidade de se enveredar por estudos que se aprofundem no entendimento das formas de reprodução social dos diferentes grupos que habitam as áreas que passaram a estar destinadas à conservação, para que então, possam ser traçadas formas de conservação e manejo dos recursos naturais em interação com as populações locais, conforme discutido por LIMA (1997).

---

<sup>1</sup> CPDA/UFRRJ

<sup>2</sup> Para estes autores, a consolidação e evolução da política ambiental, foi em decorrência de uma série de fatos e circunstâncias, dentre eles: a) o fortalecimento e aparelhamento do Estado; b) a participação e influência de diferentes segmentos da sociedade; c) o contexto internacional (Medeiros, Irving e Garay, 2004).

Na contextualização do estudo de caso, o trabalho apresenta o histórico de surgimento da categoria de uso sustentável RESEX, incorporada no SNUC (2000). Conforme MURRIETA E RUEDA (1995), o marco histórico para a oficialização da criação das Reservas Extrativistas aconteceu em 1985, quando os seringueiros reunidos em Brasília, no Primeiro Encontro Nacional (de seringueiros), solicitaram que se acabasse com a colonização dos seringais e que esses lhes fossem dados em concessão, para que assim, pudesse ser mantido o extrativismo.

Na atualidade, são os desafios de gestão das Unidades de Conservação que se impõem, conforme discutido por BENSUSAN (2006). Para esta autora, parte dos desafios têm relação com a maneira como essas áreas protegidas foram – e em alguns casos, ainda são – estabelecidas. Como observa, freqüentemente, os gestores dessas áreas não levaram em consideração os conflitos sociais e culturais que sua criação causou (Bensusan, 2006).

O Estudo de Caso é dirigido ao entendimento do modo de vida dos habitantes do povoado Passarinho, residentes na Ilha das Canárias. Diante da falta de dados relativos a esta UC e seus habitantes, foi necessário reunir informações da história de ocupação do lugar, aspectos dos circuitos econômicos locais e demais formas de relações sociais da povoado do Passarinho, como os festejos e aspectos de migração no povoado. Este momento da pesquisa de campo se revelou essencial para se analisar, num segundo momento, os significados locais com relação à criação da RESEX. Nesta parte é apresentada a visão atores sociais diretamente envolvidas na gestão da RESEX Mar do Delta do Parnaíba: por um lado é apresentado o panorama da situação da RESEX, na ótica do chefe da RESEX (representante do IBAMA/CNPT); por outro lado, as distintas visões dos habitantes locais do povoado sobre a criação da RESEX e a atuação do órgão ambiental.

A base metodológica do estudo se fundou na análise qualitativa, uma vez que ela possibilita o estudo de questões que são subjetivas e passam pelos aspectos do imaginário e, portanto, não são meramente quantificáveis (Becker, 1993; Goldemberg 1997). Como procedimentos, foram realizados: a pesquisa bibliográfica sobre as questões levantadas e a busca de informações sobre a região (dados secundários). Já na pesquisa de campo, o acesso aos relatos de histórias de vida e a memória sobre a vida no passado e as impressões do presente e dos significados locais foram possíveis através da realização de entrevistas, a partir de um roteiro construído de maneira semi-estruturada, com os moradores locais e a “observação participante”.

Como referencial teórico analítico, a pesquisa recorreu a diferentes estudos com abordagens recentes sobre comunidades e estudos de base antropológica, que permitiram perceber as relações de parentesco, a circulação da dádiva, as hierarquias internas, os circuitos de migração e o sentimento de pertencimento, o controle social, a coerção moral, a intriga e a “fofoca” como formas estruturadoras das relações sociais, para citar alguns exemplos (Comerford, 2003).

A partir da pesquisa de campo se percebeu a trajetória social dos moradores tradicionais da povoado do Passarinho, e o processo de subordinação da produção com o pagamento da “renda” ao suposto “dono da terra”. Na sucessão do domínio da terra, “coronéis” compraram a posse das terras e passaram a cobrar a “renda” dos moradores pela produção de arroz, anteriormente na proporção 4:1 e mais tarde 10:1.

Na atualidade, com a criação da RESEX, o IBAMA, na figura do representante do órgão gestor, chega à comunidade e anuncia nova configuração: "a terra é dos moradores, não precisa pagar nada!" Esta notícia promove diferentes posturas e entendimentos - desde os que querem manter a condição de subordinação (pois existe o *combinado* com o patrão), aos que passaram a ocupar o território de maneira "abusiva" (ex: cortando antigas árvores nativas para fazer roça), uma vez que as regras exercidas na tradição foram suspensas e ainda não foram internalizadas outras de caráter conservacionista. O suposto “dono”<sup>3</sup> de grande parte das terras, tem, na atualidade, o seu poder deslocado por esta política ambiental, assim como uma parcela de pequenos posseiros, que são moradores tradicionais do lugar, e também se desestabilizaram com relação ao controle do território que mantinham em seu domínio.

O estudo aponta, entre outros aspectos, para as diferentes hierarquias internas às comunidades e modos específicos de apropriação da terra (como a área de uso comum pertencente a São José e demais espaços de pesca) e uso dos recursos naturais. Outros depoimentos dos moradores locais sobre a situação do delta com a criação da RESEX e a chegada do turismo foram colhidos. Foram os olhares “de dentro” que se pretendeu trazer à tona neste estudo.

Por fim, se pretende contribuir com subsídios para a reflexão e delineamento de políticas e práticas de conservação e uso da base de recursos naturais da região a partir de uma compreensão mais aprofundada sobre as “populações tradicionais” que habitam o delta do rio Parnaíba.

---

<sup>3</sup> Que é também Prefeito (há três mandatos) do Município de Araióses/MA, conhecido como Zé Tude.

## REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

- BARRETO FILHO, H. Populações Tradicionais: introdução à crítica da Ecologia Política de uma noção. Departamento de Antropologia – UNB, (no prelo).
- BECKER, H. S. *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: HUCITEC, 1993.
- BENATTI, José Heder. “Presença Humana em Unidades de Conservação: um impasse científico, jurídico ou político?” In: CAPOBIANCO, João Paulo R. (coord. geral) *Biodiversidade na Amazônia Brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios*. ISA - Estação Liberdade, 2001.
- BENSUSAN, Nurit. *Conservação da Biodiversidade em áreas protegidas*. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- COMERFORD, John Cunha. *Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. – Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2003.
- ESTERCI, Neide. “A luta pela terra e a função ambiental da propriedade”. In: *Reforma Agrária e Meio Ambiente* / organizadores Neide Esterci, Raul Silva Telles do Valle. – São Paulo: Instituto Socioambiental, 2003.
- MEDEIROS, Rodrigo; IRVING, Marta e GARAY, Irene. *A proteção da Natureza no Brasil: Evolução e conflitos em um modelo em construção*. RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico. - Ano VI; No. 9 (janeiro de 2004). – Salvador: Departamento de Ciências Sociais Aplicadas / Universidade Salvador, 2004.
- GOLDENBERG, Mirian. *A arte de Pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- LIMA, Deborah. Equidade, Desenvolvimento Sustentável e Preservação da Biodiversidade. In: *Faces do Trópico Úmido*, Edna Castro e F. Pintos (eds.). Belém: Cejup, 1997.
- \_\_\_\_\_. Ética e Política Ambiental na Amazônia Contemporânea. In: *BOLETIM Rede Amazônia* – No. 1 – Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2001
- MURRIETA, Julio Ruiz e RUEDA Manuel Pinzón. *Reservas Extrativistas*. Gland, Suíça e Cambridge, Reino Unido / UICN, 1995.